

Acessibilidade comunicacional no Terceiro Setor: uma pesquisa-ação em uma entidade de pessoas com deficiência visual no Oeste Paulista¹

Caroline Ghirotto SILVA²

Evandro Batista DA CRUZ³

Thaís Da Silva FERREIRA⁴

Wesley COLATI⁵

Universidade Estadual De Londrina, Londrina, PR

Resumo

O estudo analisa a acessibilidade comunicacional como prática estratégica da Comunicação Organizacional no Terceiro Setor a partir de uma pesquisa-ação em uma entidade que atende pessoas com deficiência visual. A intervenção consistiu na produção de um vídeo institucional acessível, cujos resultados indicam que a incorporação da acessibilidade fortalece a transparência, a legitimidade e amplia o diálogo com os públicos. Conclui-se que práticas comunicacionais acessíveis contribuem para a inclusão quando integradas à cultura organizacional e sustentadas por decisões institucionais.

Palavras-chave: acessibilidade comunicacional; terceiro setor; governança inclusiva; comunicação organizacional; audiodescrição.

Introdução

As discussões contemporâneas sobre comunicação intercultural e interseccionalidade evidenciam que a circulação social de informações não é neutra, ocorrendo em contextos atravessados por diferentes marcadores sociais. No campo organizacional, esses atravessamentos se materializam em práticas de linguagem, nos formatos de conteúdo, na escolha de canais e nas formas de reconhecimento (ou invisibilização) de públicos marginalizados. No Terceiro Setor esse desafio se intensifica, uma vez que tais organizações atuam em campos onde direitos deveriam ser universais, mas são acessados de modo desigual. A literatura aponta sua natureza autônoma — “nem Estado, nem mercado” — e seu papel de intervenção social voltada ao interesse

¹ Modalidade de Submissão do Resumo Expandido: Grupo de Pesquisa GP6: Comunicação Intercultural, Interseccionalidade e Governança

² Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade do Oeste Paulista

³ Pós-graduado em Docência na Educação Superior pela Universidade Estadual de Londrina

⁴ Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade do Oeste Paulista

⁵ Doutorando em Sociologia e Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina

público, ainda que marcado por tensões de identidade, legitimidade e financiamento (Cardoso, 2005). Nesse contexto, a comunicação organizacional ultrapassa a função informativa e passa a integrar a governança, sustentando transparência, prestação de contas, mobilização social e construção de parcerias.

No caso das pessoas com deficiência visual, a acessibilidade comunicacional configura-se como condição para o exercício do direito à informação, conforme marcos normativos como o Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004). Contudo, a escassez de recursos acessíveis e a baixa representatividade midiática mantêm barreiras simbólicas e materiais à participação social. Assim, este trabalho compreende a acessibilidade nos meios de comunicação como prática intercultural e interseccional, articulada à governança no âmbito do Terceiro Setor.

Governança, legitimidade e acessibilidade comunicacional no Terceiro Setor

O Terceiro Setor pode ser compreendido como um espaço de iniciativas privadas com finalidade pública, sustentado por associações, fundações e organizações diversas, frequentemente denominadas ONGs (Kisil, 2005). Seu fortalecimento está associado à redução da capacidade do Estado em responder a demandas sociais complexas, o que amplia a necessidade de mobilização pública e participação cidadã (Ioschpe, 2005). Contudo, a atuação dessas organizações é atravessada por desafios de identidade, legitimidade e sustentabilidade, recolocando a centralidade das parcerias institucionais e dos mecanismos de confiança social (Rifkin, 2005). Nesse contexto, a comunicação institucional deixa de ser meramente instrumental e passa a integrar a governança ao organizar narrativas sobre missão e valores, produzir visibilidade pública e sustentar processos de transparência e prestação de contas.

A acessibilidade comunicacional insere-se nesse cenário como estratégia de inclusão e responsabilidade social, ao facilitar o acesso e a fruição de produtos informacionais por diferentes públicos, reconhecendo barreiras socialmente produzidas (França & Ono, 2011). Para pessoas cegas e com baixa visão, recursos como audiodescrição e braille6 constituem tecnologias socioculturais de mediação e não meras adaptações técnicas, pois operam como dispositivos que traduzem, reconfiguram e tornam acessíveis conteúdos originalmente produzidos em regime visual, contribuindo para a redução de desigualdades informacionais e para a ampliação efetiva da participação em diferentes esferas da vida cultural, educacional e institucional. (Ishikawa, 2014).

Focando especificamente no recurso da audiodescrição, enquanto tradução intersemiótica do visual para o verbal, exige clareza e objetividade para assegurar fruição cultural e informacional em condições de equidade (Lima & Guedes, 2015). Partindo desta premissa, produtos comunicacionais acessíveis podem fortalecer a accountability

ao ampliar a transparência tanto para públicos diretamente impactados quanto para stakeholders, alinhando governança, comunicação e compromisso com direitos.

Contexto Empírico

A Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos de Presidente Prudente, fundada em 1939, atua regionalmente no atendimento gratuito a pessoas cegas e com baixa visão. Ao longo de sua trajetória, a entidade transitou de uma lógica assistencial para uma abordagem centrada na promoção da autonomia, oferecendo oficinas e atendimentos nas áreas educacional, cultural, de mobilidade e apoio psicossocial. Suas atividades são mantidas por recursos públicos, doações e eventos beneficentes, em um contexto marcado por limitações financeiras e estruturais, agravadas por mudanças institucionais que redirecionaram sua atuação da educação para a assistência social.

Nesse cenário, o Terceiro Setor articula alta relevância social e demanda crescente com fragilidades financeiras e necessidade constante de visibilidade. A incorporação da acessibilidade desde o planejamento do produto audiovisual desloca-a de um recurso técnico para uma dimensão cultural e política, evidenciando valores como inclusão e autonomia. A atuação junto a públicos diversos exige uma comunicação intercultural, enquanto a interseccionalidade da deficiência visual demanda uma governança orientada por planejamento, escuta, participação e acessibilidade.

Vídeo institucional como instrumento de acessibilidade e governança

A pesquisa adota abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação, estruturada a partir de quatro etapas interdependentes: diagnóstico, planejamento, intervenção e avaliação. Na fase de diagnóstico, realizou-se aproximação com a Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos de Presidente Prudente por meio de visitas *in loco*, observação da rotina institucional e levantamento de dados documentais, incluindo atas, registros históricos e materiais de comunicação existentes. Foram também realizadas entrevistas informais com membros da diretoria, coordenação e equipe técnica, visando compreender as demandas comunicacionais da entidade e suas relações com os públicos atendidos. A etapa de planejamento consistiu na definição do produto comunicacional como resposta à demanda identificada, bem como na elaboração do pré-roteiro, organização do cronograma de produção e articulação de parcerias técnicas para viabilizar recursos de acessibilidade, como audiodescrição e tradução em Libras.

A intervenção compreendeu o desenvolvimento do vídeo institucional acessível, incluindo as fases de pré-produção, captação de imagens e edição, realizadas a partir de imersão no contexto organizacional, totalizando mais de 40 horas de acompanhamento da rotina da entidade. Esse processo envolveu a elaboração de roteiro estruturado em blocos temáticos, captação de mais de mil tomadas em diferentes ambientes e ajustes contínuos a partir da validação com os envolvidos. A produção do

vídeo institucional foi orientada por critérios de representatividade, fidelidade à realidade institucional e acessibilidade comunicacional. A incorporação de recursos acessíveis ocorreu desde o planejamento, resultando em versões com audiodescrição, tradução em Libras e legendagem, ampliando as possibilidades de fruição do conteúdo por diferentes públicos.

Nesse sentido, o vídeo institucional acessível configura-se como dispositivo de governança ao contribuir para a transparência institucional, para a prestação de contas simbólica e para a mobilização de parcerias, ao fortalecer o diálogo com stakeholders. Ao priorizar a acessibilidade no próprio instrumento de comunicação, a iniciativa reforça a centralidade do público atendido e a legitimidade organizacional.

Resultados da intervenção comunicacional

A intervenção foi apresentada em exibição pública realizada em dezembro, reunindo aproximadamente 100 participantes, entre membros da diretoria, funcionários, assistidos, familiares e comunidade externa. Esse momento constituiu um espaço de validação empírica da proposta, permitindo observar a recepção do material por diferentes públicos. Durante a exibição, observou-se engajamento dos participantes e reconhecimento da importância do registro audiovisual para dar visibilidade às atividades da entidade. A presença de recursos de acessibilidade, como audiodescrição e Libras, foi percebida como elemento de inclusão, ampliando o alcance do conteúdo e reforçando o compromisso institucional com seus públicos. No âmbito organizacional, o processo de construção do vídeo contribuiu para sistematizar informações sobre a instituição, organizar narrativas sobre sua atuação e fortalecer a percepção interna sobre a relevância da comunicação institucional. Além disso, evidenciou-se que a produção do material favoreceu a reflexão sobre práticas comunicacionais mais inclusivas, deslocando a acessibilidade de uma dimensão técnica para um princípio orientador da comunicação.

Considerações Finais

A pesquisa realizada em uma associação filantrópica voltada a pessoas cegas e com baixa visão evidencia que a acessibilidade comunicacional, quando incorporada desde o planejamento, atua como elemento estratégico de governança, ao articular comunicação intercultural, interseccionalidade e transparência institucional. Além de ampliar o direito à informação e qualificar a cultura organizacional, os materiais acessíveis fortalecem a legitimidade pública, a confiança e a sustentabilidade da organização por meio de parcerias, configurando-se não apenas como instrumentos de divulgação, mas como dispositivos de governança inclusiva e *accountability*. Os resultados observados a partir da exibição do vídeo e da interação com os públicos indicam que a acessibilidade comunicacional, quando incorporada ao processo de

produção, amplia o acesso à informação e fortalece a relação entre organização e sociedade, evidenciando seu potencial como prática de governança inclusiva.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Guia Legal da Deficiência Visual**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/pdfs/guialegal.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2026.

CARDOSO, Ruth. **Fortalecimento da Sociedade Civil**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). 3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRANÇA, A. C. C. V. de; ONO, M. M. **Interação de pessoas surdas mediada por sistemas de produtos e serviços de comunicação**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 16, n. 66, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3749>. Acesso em: 10 fev. 2026.

IOSCHPE, Evelyn Berg. Prefácio. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ISHIKAWA, Maria Inês Garcia. **Audiodescrição: um recurso de acessibilidade na televisão digital**. 2014. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110880>>. Acesso em: 26 jan. 2026.

KISIL, Marcos. **Organização Social e Desenvolvimento Sustentável: Projetos de Base Comunitária**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). 3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LIMA, F. J.; GUEDES, L. C.; GUEDES, M. C. **Audiodescrição: orientações para uma prática sem barreiras**. Revista Brasileira de Tradução Visual, Recife, v. 2, n. 2, mar., 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/viewArticle/2>>. Acesso em: 05 fev. 2026.

RIFKIN, Jeremy. **Identidade e natureza do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). 3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.